



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Continuar a otimizar o ambiente de amamentação em Macau

Com a divulgação do Governo e dos diversos sectores sociais ao longo dos anos, a população tomou conhecimento das vantagens da amamentação. De acordo com os dados da Base de dados das mulheres e crianças, entre 2016 e 2024, a “proporção de bebés que foram amamentados” atingiu mais de 90 por cento, sendo um resultado à vista de todos. No entanto, é de salientar que a taxa de aleitamento materno exclusivo (até aos quatro meses de vida) era de 14,4 por cento em 2024, e a de aleitamento materno exclusivo (nos primeiros seis meses de vida) era de 16,06 por cento em 2023, estando ainda muito longe da meta global de 50 por cento da taxa de aleitamento materno exclusivo para 2025, definida pela Organização Mundial de Saúde e pelo Esboço sobre o desenvolvimento da criança na China (2021-2030).

De facto, o aperfeiçoamento das instalações comunitárias de amamentação pode apoiar eficazmente as pessoas que amamentam fora de casa. Segundo os dados dos Serviços de Saúde, existem cerca de 370 salas de amamentação espalhadas por toda a região de Macau, mas podem ter muitas limitações, por exemplo, não estão abertas durante os feriados, enquanto outras estão abertas apenas a trabalhadoras ou a clientes. Além disso, o número de turistas que vêm a Macau está a aumentar, e, segundo algumas, as instalações de amamentação nas proximidades dos pontos turísticos, como as Ruínas de São Paulo e a Avenida de Almeida Ribeiro, são escassas, por isso, só podem amamentar nas casas de banho ou nas ruas. Tomando como referência o “Plano nacional de acção para a promoção do aleitamento materno (2021-



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2025)", o mesmo prevê que a taxa de disponibilização de instalações para mães e bebés em estabelecimentos públicos atinja mais de 80 por cento em 2025; na região de Taiwan, já foi legislado o Regulamento sobre o aleitamento materno em estabelecimentos públicos e é obrigatório instalar salas de amamentação em estabelecimentos públicos; e, em Hong Kong, também está previsto que há que dispor das instalações em questão nos novos centros comerciais. Em 2016, o Governo da RAEM lançou as Directrizes padrão de equipamentos e gestão das salas de amamentação, mas, como não têm efeito jurídico vinculativo, a sua execução é fraca.

Além disso, para as mães trabalhadoras, a Lei das relações de trabalho vigente também não define expressamente o tempo de amamentação, sendo poucas as entidades que disponibilizam esse tempo. Actualmente, apenas pouco mais de duzentas instituições públicas e privadas estão registadas para participar no programa de espaços de trabalho amigos da amamentação, portanto, os factos de a taxa de participação ainda ter muito espaço para aumentar e de ser difícil satisfazer as necessidades das diferentes trabalhadoras fazem com que seja complicado continuar a amamentar quando regressam ao trabalho. As mães que continuam a amamentar têm enfrentado diversas dificuldades, por isso, no futuro, ainda é necessário o esforço conjunto do Governo e das empresas para criar um ambiente amigável para o aleitamento materno.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Com vista a aumentar o número de instalações destinadas ao aleitamento materno em Macau, de que planos dispõe o Governo para aumentá-las nas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

instituições públicas e privadas? Vão ser criadas mais salas de amamentação, abertas 24 horas por dia, em todas as zonas de Macau, incluindo nos pontos turísticos mais visitados, de modo a satisfazer as necessidades dos residentes e turistas?

2. Em Macau, existem as Directrizes padrão de equipamentos e gestão das salas de amamentação e a Carta da disponibilização do local de trabalho amigável para o aleitamento materno, no entanto, trata-se apenas de um incentivo. O Governo deve definir as respectivas metas na próxima fase dos Objectivos do desenvolvimento das mulheres e estudar a possibilidade de definir, ao nível jurídico, a criação das referidas instalações. Vai fazê-lo?

3. O Secretário para a Economia e Finanças afirmou, recentemente, que já existe uma calendarização para o ajustamento do número de dias de férias e de licença de maternidade, e que ia proceder, em primeiro lugar, ao respectivo estudo. O Governo deve, aquando da revisão da Lei das relações de trabalho, estudar a possibilidade de proporcionar uma hora de amamentação às mães trabalhadoras, e recorrer à legislação, à bonificação e à responsabilidade conjunta da sociedade, para disponibilizar abonos económicos ou outras medidas de incentivo, equilibrando as dificuldades das partes laboral e patronal, e apoiando melhor as empresas na criação de um ambiente favorável à amamentação. Vai fazê-lo?

1 de Agosto de 2025

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng